909

pais.

O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto 7.566 em 23 de setembro, criando inicialmente 19"Escolas de Aprendizes Artífices" subordinadas ao Ministério dos Negócios da

É criado o Ministério da Educação e Saúde Pública que passa a supervisionar as Escolas de Aprendizes e Artífices, através da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico.

É assinada a Lei 378, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

Promulgada a nova Constituição Brasileira que trata pela

primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial.

autonomia didática e de gestão.

Agricultura, Indústria e Comércio.

O governo de Juscelino Kubitschek marca o aprofundamento da relação entre Estado e economia. O objetivo é formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.

As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em

autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com

A participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial e o conseqüente empréstimo financeiro dos Estados Unidos ao Brasil no Governo Getúlio Vargas impulsionam a industrialização brasileira.

O Congresso Nacional sanciona o Projeto de Fidélis Reis, que

prevê o oferecimento obrigatório do ensino profissional no

942

O Decreto 4.127, de 25 de fevereiro, transforma os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.

Vigora uma série de leis, conhecidas como a "Reforma Capanema", que remodelam todo o ensino no país. Os principais pontos:

- o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio;
- o ingresso nas escolas industriais passa a depender de exames de admissão;
- os cursos são divididos em dois níveis: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria, e o segundo, curso técnico industrial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira torna

técnico-profissional todo currículo do segundo grau

formar técnicos sob o regime da urgência.

compulsoriamente. Um novo paradigma se estabelece:

O ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei 4.024 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O período é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional.

Decreto 60.731 transfere as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura que passam a funcionar como escolas agrícolas.

996

Em 20 de novembro, a Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB) dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo próprio.

99/

O Decreto 2.208 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

2003 - 2010

Entrega de 214 novas unidades da Rede Federal

994

A Lei 8.948, de 8 de dezembro:

- institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as EAFs em CEFETs;
- A expansão da oferta da educação profissional somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

A globalização, nova configuração da economia mundial, também atinge o Brasil. O cenário é de profundas e polêmicas mudanças: a intensificação da aplicação da tecnologia se associa a uma nova configuração dos processos de produção.

1978

A Lei 6545 transforma três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Retoma-se o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). 2009

O Decreto 5.154 permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.

Institui-se, pela Lei 11.195, que a expansão da oferta da educação profissional preferencialmente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais;

Lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal.

O Cefet Paraná passa a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Centenário da Rede Federal de Educação Profissional

Articulação para criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

999

Por meio da Lei 12.513 cria-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Lançamento do Guia Pronatec de cursos FIC.

Lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal. Até 2010 serão 354 unidades.

O Decreto 6.302 institui o Programa Brasil Profissionalizado. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

2006

O Decreto 5.773 trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.

É instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos.

É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Ministério da Educação



e Tecnológica.

Com a entrega de 208 novas unidades, a Rede Federal atinge a marca de 562 unidades em atividade no País.